



LEGISLATIVO

A duas semanas do recesso, resta pouco tempo para aprovar matérias importantes. Por isso, deputados terão sessão nos cinco dias da semana. Entre os itens da pauta estão o pacote fiscal, o Orçamento de 2025 e as alterações no Fundo Constitucional do Distrito Federal

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Embora o presidente da Câmara dos Deputados tenha apressado a pauta, parlamentares ainda estão em dúvida quanto às regras para liberação de emendas

Câmara encara a jornada 5x2

» ISRAEL MEDEIROS

O Congresso Nacional inicia a semana em ritmo acelerado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) convocou sessões de segunda a sexta-feira nesta e na próxima semana — a última antes do recesso parlamentar. Os congressistas só têm essas duas semanas de trabalho para aprovar dois projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição que integram o pacote de corte de gastos enviado pela equipe econômica do governo. Há pressa, também, para votar o Orçamento de 2025, cujo relatório preliminar já foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na semana passada.

Tanto para debater os projetos que o governo quer, quanto para a peça orçamentária, há o problema da imprevisibilidade em torno das emendas. Se de um lado, o governo precisa “pagar” pelo esforço de deputados e senadores para aprovar os projetos de seu interesse, de outro, os parlamentares que discutem e votam o Orçamento esperam para saber quais regras vão valer para 2025: se serão aquelas aprovadas pelo Congresso no Projeto de Lei Complementar nº 175 de 2024; ou as exigidas pelo ministro Flávio Dino em decisão no Supremo Tribunal Federal.

O relator do Projeto de Lei de Orçamentária Anual (o texto que virará o Orçamento) para o próximo ano, senador Angelo Coronel (PSD-BA) disse, na sexta-feira, que é possível que o governo envie novas sugestões de mudança na peça orçamentária por causa da indefinição das regras para o repasse das emendas. A previsão é de que seu relatório seja aprovado na CMO nesta semana, assim como o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Desde o bloqueio das emendas em agosto, havia uma insatisfação crescente por parte dos congressistas, que costumam usar esses recursos para abastecer suas bases eleitorais e para manter obras e políticas públicas funcionando. Essa insatisfação era direcionada tanto ao Supremo, que mandou bloquear o dinheiro, quanto com o governo, visto como uma espécie de “articulador oculto” junto ao ministro Flávio Dino.

Depois da aprovação do PLP 175 de 2024, que estabelece novas regras para as emendas, o governo resolveu agir para mostrar para o Congresso que as decisões de Dino e do Supremo não têm sua interferência: via Advocacia-Geral da União, pediu, na última semana, que o STF reconsiderasse algumas das exigências de transparência feitas por Dino.

Para a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), o gesto foi positivo para a articulação do governo. “O Congresso estava achando que era o governo articulando isso, né? Então acho que o governo tomou uma medida para dizer: não, nós pensamos assim, fizemos um acordo, vamos defender o que fizemos de acordo”, afirmou a jornalista, no sábado.

O problema é que o Supremo ainda não respondeu ao pedido da AGU e, por ora, não se sabe o que valerá. Quando Dino decidiu sobre as emendas e fez novas exigências de transparência, na última segunda-feira, enviou sua decisão para ser ratificada por seus colegas do Supremo na sequência. Quase instantaneamente o ministro Roberto Barroso, presidente da Corte, atendeu o pedido e iniciou uma sessão no plenário virtual do Supremo.

Antes de meia-noite, os ministros já haviam formado maioria para apoiar a decisão de Flávio Dino. A rapidez e a confirmação da decisão mostraram que, no Supremo, os ministros estão fechados com Dino, o que, aos olhos dos congressistas, parece uma ação coordenada.

Insatisfação

Se o governo ficou melhor na fita com o Congresso depois de questionar o Supremo, no caso do STF, no entanto, a insatisfação persiste. Na última semana, deputados e senadores iniciaram uma nova rodada de críticas públicas ao que chamam de “intromissão” do STF em assuntos do Legislativo. A visão é de que há uma ofensiva coordenada do Judiciário para prejudicar os interesses dos parlamentares.

“O que a gente viu foi a intromissão e a suspensão da execução orçamentária e o prejuízo

que isso causou à sociedade. Estão aí obras paradas, custeio de saúde parado, tem municípios com a corda no pescoço sem conseguir pagar a folha da Saúde, há a suspensão de muitos investimentos, os prefeitos aí todos pressionando, fora a intranquilidade que gerou do ponto de vista político”, disse o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) ao *Correio*. Ele foi o relator do Orçamento de 2024 e autor do cronograma de pagamento de emendas.

Danilo Forte explicou que a situação prejudica os planos do governo porque há um “descontentamento muito grande por parte do parlamento” com o assunto das emendas. Para ele, a discussão sobre o assunto veio em momento “inoportuno”, e os problemas de transparência deveriam ser corrigidos na peça orçamentária de 2026. Acelerar a liberação das emendas pode ajudar, diz ele, mas o tempo é curto.

Demandas atendidas

O deputado Julio Arcoverde (PP-PI), presidente da CMO, acredita que todas as demandas por mais transparência exigidas pelo Supremo, ainda em agosto, na decisão que bloqueou as emendas, foram atendidas. “Governo, Congresso e Judiciário se esforçaram muito nos últimos meses na busca de um acordo que permitisse destravar e resolver a questão das emendas parlamentares. O PLP aprovado por consenso nas duas Casas do Congresso e sancionado posteriormente pelo presidente da República deve ser efetivamente respeitado. Creio que o bom senso irá prevalecer, pois todas as exigências de transparência foram adotadas e cumpridas”, afirmou ao *Correio*.

“Temos agora que voltar nossas atenções para a conclusão das votações das peças orçamentárias. Fundamental garantir ao país um orçamento enxuto e exequível. É preciso recuperar a capacidade de atrair investimentos internacionais, dar segurança jurídica e previsibilidade. Gerar renda e empregos e retomar o crescimento econômico”, pontuou Arcoverde, que diz que se empenhará ao máximo para que o orçamento seja aprovado antes do natal.

PRIORIDADES DO CONGRESSO NA RETA FINAL

PL 4.616 de 2024 (urgência aprovada)

Propõe mudanças no Fundo Constitucional do Distrito Federal, no BPC, no salário mínimo e torna mais rígidas as regras para receber benefícios sociais

PLP 210 de 2024 (urgência aprovada)

Altera gatilhos de contenção de gastos, desvincula o superávit de fundos até 2030 e autoriza o contingenciamento e o bloqueio de emendas parlamentares

PEC 45 de 2024

Limita supersalários e incentivos tributários, endurece a verificação de identidade para benefícios sociais, altera repasses ao Fundeb, prevê desvinculação de arrecadação e altera o abono salarial e subsídios financeiros

PLDO

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece regras para a elaboração do Orçamento de 2025

PLOA

Projeto de Lei Orçamentária Anual, com a previsão de receitas e despesas para 2025.

Diversos interesses

Além das emendas e do tempo curto, congressistas ouvidos pela reportagem dizem que no caso do pacote de gastos, já existem, nos próprios textos, medidas que serão questionadas por diversos setores e dificultarão os trabalhos politicamente. O próprio PT, partido de Lula, já disse no sábado que pretende conversar com o governo por preocupações com as novas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A presidente do partido também disse a jornalistas, no sábado, que não sabe se haverá tempo para votar o pacote fiscal até 20 de dezembro. “Eu não sei se a gente consegue (aprovar o pacote fiscal), porque o tempo é curto. Mas há uma boa vontade, pelo menos eu tenho sentido, uma boa vontade por parte do presidente Lira em relação a isso e das bancadas. A votação da urgência demonstrou isso, que há uma preocupação do Congresso em relação às medidas. Eu acho que é possível”, afirmou.